

## REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL CONTEXTUALIZADAS

Albertina Maria Ribeiro Brito de Araújo<sup>1</sup>  
Severino Bezerra da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O Território da Borborema, na Paraíba é um espaço que contribui com reflexões a partir de processos que se fundamentam em teorias críticas e que nutrem os ideais defendidos socioculturalmente por sujeitos que se dispõem a mediar suas relações/vivências através do diálogo construído paulatinamente em seus contextos, espaços e temporalidades, com isso, pensando, sentindo e vislumbrando sinais de novas práticas nas diferenças e diversidades humanas. Experiências como a dos guardiões da semente da paixão; da campanha de fortalecimento da vida na agricultura familiar; da luta em defesa das mulheres e da agroecologia; de organização da juventude; de educação nos diferentes processos de escolarização e organização/participação do campo são geradoras de desdobramentos imensuráveis na vida das pessoas. As redes sociais assumem também esse papel de dar sustentabilidade às relações sociais concretas embasadas em princípios comuns que vinculam pessoas a outras pessoas dentro de contextos específicos, mobilizando energias para democratização do Estado. Redes como a de construção do conhecimento agroecológico; a rede de algodão agroecológico e a rede de educação do campo da Borborema materializam essa vontade coletiva. Nesse sentido o objetivo desse trabalho é contribuir com o diálogo sobre/entre experiências que apontam saídas a partir de outras tentativas de desenvolvimento dessa sociedade. Percebemos que são lugares de visibilidade ainda negada, mas que já nascem com base na negação da razão indolente e na afirmação das ecologias propostas por Boaventura de Sousa Santos.

**Palavras-chave:** Rede. Território. Diálogo.

### 1 INTRODUÇÃO

A discussão que trazemos neste texto é fruto de estudos realizados com o intuito de dialogar com abordagens, principalmente de autores como Boaventura de Sousa Santos e Maria da Glória Gohn, que fundamentam experiências vivenciadas por sujeitos em diferentes contextos socioeconômicos, dentre eles, destacamos aqueles relacionados às realidades campestres na região da Borborema, no semiárido paraibano. Conceitos como o das cinco monoculturas; das sociologias das ausências e das emergências apontam a necessidade de estarmos contribuindo com a sistematização de experiências locais que realizam sonhos e continuam alimentando utopias.

---

<sup>1</sup> Professora do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – UFPB/CAVN/Bananeiras. Mestra em Educação. Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - PPGE/UFPB.

<sup>2</sup> Professor do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. – UFPB/CE/PPGE. Mestre em Sociologia Rural. Doutor em Ciências Sociais – Sociologia.

Nesse sentido a região da Borborema, na Paraíba, tem contribuído com a reflexão a partir de processos que se fundamentam em teorias críticas, pois as pessoas desse lugar vivenciam várias experiências fundadas em princípios dos quais a solidariedade, a autonomia e a coletividade estão presentes nas ações de sujeitos e organizações. São processos que nutrem os ideais defendidos socioculturalmente por sujeitos que se dispõem a mediar suas relações/vivências através da relação dialogal, ou seja, do diálogo construído paulatinamente em seus contextos, espaços e temporalidades, com isto, pensando, sentindo e vislumbrando sinais de novas práticas e éticas nas diferenças e diversidades humanas. Experiências como a dos guardiões da semente da paixão; da campanha de fortalecimento da vida na agricultura familiar; da luta em defesa das mulheres e da agroecologia; de organização da juventude; de educação nos diferentes processos de escolarização e organização/participação do campo são geradoras de desdobramentos imensuráveis na vida das pessoas.

Também as redes de apoio e de fortalecimento de experiências das quais citamos como exemplo a rede de construção do conhecimento agroecológico; a rede de algodão agroecológico e a rede de educação do campo da Borborema materializam essa vontade coletiva. Todos são espaços que funcionam sem a limitação de estruturas rígidas ditando o que deve ser pensado e conseqüentemente dito, mas com a nitidez de princípios que sinalizam para onde deve fluir essas experiências que, numa interação recíproca, alimentam e são alimentadas pela Educação Popular enquanto concepção de autonomia, organização e libertação.

Conversaremos um pouco mais nessa escrita sobre experiências que apontam saídas a partir de outras tentativas de desenvolvimento dessa sociedade, entre elas, a Rede de Educação do Campo da Borborema como lugares de visibilidade ainda negada, mas que já nascem com base na negação da razão indolente e na afirmação das ecologias propostas por Boaventura<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> As ecologias de Boaventura vão permitir discutir o presente com mais experiências relevantes para todos. A razão indolente tem essa dupla característica: como razão metonímica, contrai, diminui o presente; como razão proléptica, expande infinitamente o futuro. E o que Boaventura propõe é uma estratégia oposta: expandir o presente e contrair o futuro. Ampliar o presente para incluir nele muito mais experiências, e contrair o futuro para prepará-lo.

## **2 DESAFIOS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA DENTRO DO SISTEMA VIGENTE**

Em momentos de análise de conjuntura temos ouvido que o mundo está constantemente em crise, seja ela econômica, política, cultural, social, resultado de um sistema capitalista que tenta sobreviver à custa de guerras, monopólios, matanças de vidas e de mentes humanas. Se analisarmos numa dimensão mais subjetiva perceberemos constantemente a violência simbólica presente, especialmente nos diversificados meios de comunicação, em atitudes políticas e nas relações mercadológicas que induzem ao consumismo, levando as pessoas a cometerem atos que eticamente denigrem/violam os valores humanos.

Nesse sentido, somos sujeitos e sujeitados a um modelo de desenvolvimento adotado por esse sistema capitalista fracassado no sentido de não propiciar a acessibilidade de direitos humanos igualitários, no sentido de desumanizar as pessoas, no sentido de castrar valores básicos necessários para vivermos em sociedade. Se tomarmos como exemplo o acesso à direitos como educação e saúde, perceberemos que, historicamente, aconteceu assim: quem “pode” (paga) pra tê-los e resta aos demais que não “podem” apenas “obedecer” e “aceitar” as regras para sobreviver nesse sistema.

Não podemos esquecer que esta é uma realidade desse sistema desumano, globalizador, monocultural, impositivo que chega a estudar o comportamento das pessoas para desenvolver, subliminarmente, atos de violência simbólica tão sutis que chegamos, por vezes, a nos sentir culpados, fracos, sem forças pra lutar contra a hegemonia do seu poder e, por vezes, ou buscamos saídas lutando com as mesmas armas desse inimigo, ou nos recatamos como se ele fosse à parte de nós.

Santos (2007) traz uma preocupação pertinente ao que vivemos hoje quando diz:

Então me pareceu que, provavelmente, o mais preocupante no mundo de hoje é que tanta experiência social fique desperdiçada porque ocorre em lugares remotos. Experiências muito locais, não muito conhecidas nem legitimadas pelas ciências sociais hegemônicas, são hostilizadas pelos meios de comunicação social, e por isso tem permanecido invisíveis, “desacreditadas”. A meu ver o primeiro desafio é enfrentar esse desperdício de experiências sociais que é o mundo; e temos algumas teorias que nos dizem não haver alternativa, quando na realidade há muitas alternativas. A gente vive lutando por coisas novas, e eles sim pensam que há alternativas novas. Então devemos ver como vamos enfrentar esse problema.

É uma sociedade que pela primeira vez cria essa tensão entre experiências oriundas do povo, que às vezes são ruins, infelizes, desiguais, opressoras, e a expectativa de uma vida melhor, de uma sociedade melhor. Isso é novo, já que nas sociedades antigas as experiências coincidiam com as expectativas: quem nascia pobre morria pobre; quem nascia iletrado morria iletrado. Agora não: quem nasce pobre pode morrer rico e quem nasce em uma família de iletrado pode morrer doutor. No entanto, vivemos hoje um problema complicado, uma discrepância entre teoria e prática social que é nociva para a teoria e também para a prática, já que para uma teoria cega a prática social é invisível e para uma prática cega, a teoria social é irrelevante. (ibidem, 2007).

Significa que estamos dentro desse sistema “gladiador”, mas não, necessariamente, concordando com ele; por isso nossas atitudes devem ser contra-hegemônicas, por enquanto algumas ainda são alternativas, pois também não sabemos se são as necessárias para a composição de outros modelos de sociedades. Porém, muitas outras propostas que já foram um dia alternativas continuam dando certo agora como programa, como política pública, mas, sem perder o pertencimento à outra hegemonia.

Nesse sentido Santos (2007), diz que:

A idéia de que necessitamos de uma sociedade melhor e de que necessitamos de uma sociedade mais justa não está em crise. As promessas da modernidade – a liberdade, a igualdade e a solidariedade – continuam sendo uma aspiração para a população mundial. Nossa situação é um tanto complexa: podemos afirmar que temos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas. E isso dá ao nosso tempo o caráter de transição: temos de fazer um esforço muito insistente pela reinvenção da

emancipação social. O problema é que a emancipação social é um conceito absolutamente central na modernidade ocidental, sobretudo porque ela tem sido organizada por meio de uma tensão entre regulação e emancipação social, entre ordem e progresso, entre uma sociedade com muitos problemas e a possibilidade de resolvê-los em outra melhor, que são as expectativas.

Esse é um dos desafios enfrentados pela sociedade civil organizada de não perder seu papel de propulsora; pois, cabe a ela o papel de elaborar e apresentar propostas contextualizadas e inovadoras que consideram outros desenvolvimentos para além do mercado, mas, sem tirar a responsabilidade do Estado de assumir o que é proposto e verdadeiramente necessário para essa outra hegemonia. Como também não permitir que o Estado assuma as propostas e experiências e as desvirtue em função de outros interesses.

Chama a atenção para esse aspecto Gohn (2008) quando destaca a filosofia política de Gramsci quanto a importância da organização da sociedade civil para a mudança da sociedade política. Trata-se da democratização do Estado e de seus aparelhos, não como uma contraposição a ele, mas como uma de suas partes constitutivas, ou seja, a interpretação da sociedade civil como uma esfera do ser social. Daí a necessidade de inserção de pessoas que vem principalmente dos movimentos sociais, das lutas das classes populares para garantir o acompanhamento das ações do Estado e a continuidade do diálogo com a sociedade civil organizada.

As redes sociais assumem também esse papel de dar sustentabilidade a relações sociais concretas embasadas em princípios comuns que vinculam pessoas à outras pessoas dentro de contextos específicos mobilizando energias para essa democratização do Estado. Contribuindo com discussões de novas estruturas produtivas, a perspectiva de ação deixa de ser isolada e passa a ser comungada com outros sujeitos que vivenciam as mesmas necessidades, problemas ou potencialidades.

E assim, como afirma Gohn (2008), emerge marcado por acirrados conflitos e sociabilidades, esse novo espaço público onde irão situar-se os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público

governamental para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais.

### 3 VIVENCIANDO AS EXPERIÊNCIAS

Se nos debruçarmos, por exemplo, na gênese de redes sociais solidárias no contexto do Semiárido Brasileiro, perceberemos que um dos fatores fundantes para os sujeitos se organizarem foi a reação à negação histórica dessa região enquanto lugar de vida, é uma reação contra-hegemônica que gera projetos políticos construídos, ao longo de processos por meio da interação de grupos que considera os diferentes saberes. Corroborando Gohn (2008), quando afirma que:

Por meio da sociabilidade que as relações sociais possibilitam, adquire-se um saber o qual poderá gerar um conhecimento emancipatório. Por ser fruto de forças de resistência que se opõem à ordem instituída, ou aos poderes hegemônicos estabelecidos, esse saber condensa proposições que apontam para uma outra situação, outras possibilidades de relações sociais.

Podemos dizer que a monocultura do saber e do rigor e a monocultura da naturalização das diferenças<sup>4</sup> abordadas por Santos (2007), fundamentam estereótipos de um semiárido inviável, pobre, negado, mas esse povo<sup>5</sup> do semiárido é tão resistente, tão forte que reage cotidianamente a essa percepção culturalmente

---

<sup>4</sup> A monocultura do saber e do rigor: a idéia de que o único saber rigoroso é o saber científico. Essa monocultura reduz de imediato, contrai o presente, porque elimina muita realidade que fica fora das concepções científicas da sociedade, porque há práticas sociais que estão baseadas em conhecimentos populares, conhecimentos indígenas, conhecimentos camponeses, conhecimentos urbanos, mas que não são avaliados como importantes ou rigorosos. E, como tal, todas as práticas sociais que se organizam segundo esse tipo de conhecimentos não são críveis, não existem, não são visíveis. Ao constituir-se como monocultura, produz o “epistemocídio”: a morte de conhecimentos alternativos. Reduz realidade porque “descredibiliza” não somente os conhecimentos alternativos, mas também os povos, os grupos sociais cujas práticas são construídas nesses conhecimentos alternativos. A primeira forma de produção de inexistência, de ausência, é a ignorância. A monocultura da naturalização das diferenças que ocultam hierarquias e não as vêem como a causa das diferenças, mas sua consequência, porque os que são inferiores nessas classificações naturais o são “por natureza”. Essa é outra característica da racionalidade preguiçosa ocidental: não sabe pensar diferenças com igualdade; as diferenças são sempre desiguais.

<sup>5</sup> Conceito de povo, segundo CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 6a ed. 1994.

construída e como na sociologia das ausências<sup>6</sup>, se organiza sem sair, sem deixar, sem tirar “o pé do chão do semiárido”. Lutando para que essa semiaridez seja respeitada em qualquer lugar, estando nele ou não. Reconhecemos como exemplo dessa luta a Rede de Educação de Semiárido Brasileiro - RESAB<sup>7</sup> que atua na dimensão da sociologia das emergências.

Assim também o movimento por uma educação do campo se afirma a partir da negação do campo enquanto espaço dinâmico, de vida, que nasce do reconhecimento das lutas camponesas como processos de aprendizagem significativa, assim como da construção de propostas de educação escolar do campo que problematize a realidade e dê significado contextualizado aos conteúdos escolares abordados de forma contextualizada.

Essa necessidade é sentida, pois, historicamente a educação rural (escolarização) sempre esteve em segundo plano. Havia apenas a preocupação em, ora diminuir o analfabetismo com vistas a capacitar as pessoas para que conseguissem se inserir no processo de industrialização ora fixá-las no campo para evitar o inchaço das cidades quando, na verdade, essa educação rural deveria, desde então, ter tido condições para funcionar considerando as peculiaridades que a diferenciam da educação urbana, ora, no mínimo deveria ter considerado o modo de vida camponês e a diversidade de relações que lhes propiciam aprendizagens, independente ou não da escola.

O que influenciou também esse funcionamento inadequado da educação rural foi a falta de participação das pessoas na cobrança efetiva de políticas públicas voltadas para o que deveria ser esse tipo de educação. Isso gerou certa

---

<sup>6</sup> Trata da superação das monoculturas do saber científico, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escola dominante, centrada hoje no universalismo e na globalização, além da produtividade mercantil do trabalho e da natureza.

<sup>7</sup> De acordo com uma das fundadoras, Adelaide Pereira da Silva, é uma articulação que congrega educadores/educadoras e instituições Governamentais e Não-Governamentais, que atuam direta ou indiretamente em Educação escolar no Semiárido Brasileiro. Visa colaborar na promoção de ações que contribuam para com a melhoria da qualidade da educação pública no Semiárido brasileiro. Nasce das experiências em educação popular as mais diversas embasadas, principalmente, na Pedagogia de Paulo Freire e no pensamento de autores como: Edgar Morin, Boaventura de Sousa Santos, Felix Guatarri, Salvador Trevisan, Agnes Heller, Antônio Gramsci, Vygotsky, Milton Santos e outros tantos autores brasileiros engajados no movimento.

acomodação por parte de quem, de fato, elabora as políticas públicas. É notória a ausência de tal prática ao observar o processo histórico da educação rural no Brasil.

Para Baptista (2003), a prática desenvolvida, durante muito tempo, nas escolas rurais foi embasada naturalmente numa proposta política em que, para a área rural, qualquer serviço educacional oferecido já é coisa boa demais. Para comprovar isso basta um olhar sobre os sistemas educacionais do interior, especialmente o do Nordeste, para nos defrontarmos com escolas ou salas de aula funcionando em casebres em ruínas com professores e professoras sem acesso a processos sistemáticos de formação e sobre ingerência político-partidária no sistema escolar, compactuando com o pensamento que segue:

...excetuando os movimentos de educação de base e de educação popular, o processo educativo no meio rural sempre esteve atrelado à vontade dos grupos hegemônicos do poder, não conseguindo deslocar seus objetivos e a própria ação pedagógica para esferas de caráter sócio cultural especificamente camponesas (LEITE, 1999, p.111-112).

Esse é um fato que, até hoje, acontece, visto que o campo foi e é interpretado por muitos de forma pejorativa, como um lugar retrógrado, sem vida, um lugar esquecido. Ocorre que o espaço do campo está permeado de lutas e conflitos e é preciso conceber a educação do campo como um processo que deve estar à serviço de um modelo sustentável e justo de desenvolvimento, que deve se refletir em todas as ações desenvolvidas no/com o campo para haver o fortalecimento de uma educação do campo que considere entre outros princípios o de solidariedade, justiça social, autonomia e emancipação humana (BAPTISTA, 2003).

É nesse prisma que já acontecem iniciativas que visam à prática dessa proposta como bem nos mostra Baptista (2005). Experiências que passaram a ser demandadas com maior frequência, a partir da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.

Diferentes iniciativas, algumas já citadas acima como a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pelas escolas de assentamentos de Reforma Agrária e de acampamentos e suas experiências na área de formação de

professores e técnicos; como também as Escolas-Família Agrícolas (EFAs) que existem em vários estados, há mais de trinta anos, com mais de duzentos centros educativos espalhados pelo Brasil, voltados para a educação dos/das filhos/filhas da agricultura familiar. Destacam-se também as várias iniciativas no campo da alfabetização de jovens e adultos, como por exemplo, o trabalho da Rede de Educação no Semi-árido Brasileiro (RESAB), do Movimento de Educação de Base (MEB) e a preocupação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) com as escolas dos reassentamentos.

Essas são todas iniciativas oriundas dos setores populares que percebem que a agricultura familiar camponesa tem uma contribuição decisiva, tanto na dimensão econômica, quanto da sustentabilidade, possibilitando e propiciando uma diferente geração de trabalho e de empregos, o barateamento e qualidade da comida, a liberação de renda para outros setores da economia e a melhoria das condições de vida de boa parte da população.

Por esse caminho segue a Rede de educação do Campo da Borborema, entendendo conforme Gohn (2008), que a emancipação real é proativa, constrói-se na prática cotidiana, no jogo diário dos relacionamentos e sua meta é a autonomia dos sujeitos, obtida quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e interpretar o mundo.

#### **4 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA BORBOREMA**

As atividades em Educação do Campo na Borborema<sup>8</sup> já existem há algum tempo, embora se diferenciem quanto ao lugar e a metodologia, são iniciativas enraizadas em princípios de humanização, emancipação e solidariedade, umas fundamentadas em Paulo Freire, outras com inspirações que atravessaram séculos de resistência e desenvolvimento, pelas pessoas dessa região. São protagonizadas por sujeitos que têm visão da diversidade dos lugares e povos, da história local, que têm a leitura do contexto em que se encontram. Só que essas atividades geralmente

---

<sup>8</sup> Território reconhecido pelo MDA caracterizado pela diversidade e organização da Agricultura Familiar representada pelo Pólo Sindical da Borborema.

não são compartilhadas e sistematizadas, na maioria dos casos acontecem de forma individualizada, pela própria dinâmica das organizações<sup>9</sup> das quais essas pessoas fazem parte.

A rede vai se constituindo a partir da necessidade sentida por estas organizações que atuam na Borborema, de se refletir sobre as ações voltadas para a Educação do Campo. Como diz Gohn (2008), quando os significados são desvelados eles produzem estímulos e geram respostas discursivas ou ações gestuais; ações coletivas e movimentos. Aí criam-se processos identitários, individuais e coletivos. Parte desta necessidade começou a ser concretizada com a idéia da realização do **Primeiro Seminário sobre Educação do Campo do Território da Borborema: experiências e políticas educacionais no contexto da agricultura familiar**, promovido pela ONG ARRIBAÇÃ que se deu no mês de novembro de 2008 em Santa Fé. Participaram da organização deste evento: Secretarias de Educação dos Municípios de Arara, Remígio e Algodão de Jandaíra, ONG's como ASPTA, Movimentos Sociais como a CPT e o MST, Universidades como a UFPB, UEPB e UFCG, entre outras entidades.

O objetivo do seminário foi provocar uma maior reflexão sobre a Educação do Campo no Território da Borborema. Já era uma tentativa de dar sentido às ações individuais e coletivas que, de acordo com Gohn (2008), os indivíduos ou atores sociais que ocupam diferentes lugares na estrutura social, nesse processo, transformam-se em sujeitos, autores de ações históricas que ultrapassam as ações contidas no desempenho individual ou grupal.

Nesse momento foram vistas algumas experiências de educação do campo<sup>10</sup> e houve uma importante reflexão sobre a articulação e socialização dessas

---

<sup>9</sup> Secretarias de Educação, ONG's, Escolas Municipais, Universidades, Movimentos Sociais, etc.

<sup>10</sup> 1) Do MST – PRONERA - nos assentamentos da reforma agrária apresentada por Adilma Fernandes.

2) Todas as Letras - CUT- apresenta da por Joelma.

3) Da agricultura familiar - Família de Sr. Luiz de Souza e Eliete Solânea/PB – Apresentada por Sr. Luiz de Souza.

4) Professora Neide da Escola Rural de Serrinha - zona rural do município de Remígio/PB – Apresentada por Neide.

5) Campanha de fortalecimento da Agricultura Familiar com as crianças- AS-PTA – Apresentada por Léia.

experiências entre o contexto escolar e a visão de uma Educação como processo de fortalecimento da agricultura familiar camponesa.

Desse modo, corroboramos com Carrilho (2009), quando diz que:

Para construir um futuro se requer de uma sociologia das emergências, reconhecer os sinais, as pistas, as latências que são possibilidades de futuro e que são desacreditadas pela racionalidade dominante. A sociologia das emergências produz experiências possíveis que não estão dadas, porém são possíveis e já existem como emergências. A sociologia das ausências e a sociologia das emergências vem produzir uma nova realidade, outros mundos possíveis. Para dar sentido a essa discussão, não é possível uma epistemologia e uma teoria generalista. Não há teoria que possa dar conta de toda a realidade. Não se pode reduzir a heterogeneidade do mundo a homogeneidade de uma teoria. Tudo isto deve gerar uma nova maneira de entender, outra maneira de articular conhecimentos, práticas, sujeitos. Existem muitas linguagens para falar da dignidade humana e de um futuro melhor.

Nesse momento também foram discutidas políticas públicas para a Educação do Campo e construída uma proposta de trabalho que atendesse a necessidade de buscar mais experiências que gerassem reflexões do que estava sendo proposto, em termos de rede, como estavam fazendo e o que ainda precisa se fazer. Reconhecer-se enquanto rede social foi um dos principais encaminhamentos do Seminário. Como afirma Santos (2007), temos de encontrar o que é semelhante e o que é semelhante é ponto de partida não de chegada.

A partir de então, começamos a fazer um mapeamento e reflexões sobre as ações que acontecem ligadas à Educação do Campo na Borborema e, através de visitas de intercâmbio, fomos identificando outras experiências que geravam identidade com as nossas quanto aos princípios, à metodologia, à fundamentação. E assim vamos aprendendo a pensar e fazer a partir do que fazemos e experimentamos culturalmente. Esse processo representa um marco de suma importância na luta e caminhada das pessoas e grupos que buscam esse novo modo de ver/viver e pensar/fazer mediatizados por diálogos e sociabilidades, como afirma Holliday (2006),

Lamentavelmente, fomos formados em um esquema educativo no qual a vida e o estudo são vistos como duas coisas separadas, e não

geramos nem o hábito e nem o convencimento da importância de “estudar” nossa própria prática. Portanto, desenvolver essa condição, significa, fazer uma ruptura com um esquema de pensamento. Devemos nos motivar a aprender do que fazemos. A melhor maneira será tentando a partir de experiências muito concretas, simplesmente perguntando-nos diante delas: “O que posso aprender disso?”, “Que ensinamentos me deixa?”. A melhor motivação será descobrir que, efetivamente, as coisas que fazemos todos os dias estão cheias de ensinamentos e que, simplesmente, é preciso que nos proponhamos aprender delas, fazendo perguntas à nossa prática.

Hoje, paralelo as nossas atuações individuais nos nossos espaços de trabalho e vivências outras, presenciamos processos coletivos em função de nossa proposta sociopolítica e cultural para esses grupos populares rurais e vivenciamos o saber construído coletivamente e o sabor dos desafios gerados com essa iniciativa.

## **5 CONSIDERAÇÕES ATÉ O MOMENTO...**

Percebemos o quanto está sendo importante a organização das pessoas em torno do respeito a um fazer que chega a ser, na maioria das vezes, invisível por ser inviável. Porém é uma inviabilidade apontada a partir do olhar de quem concebe como perigoso o reconhecimento de que outros desenvolvimentos são possíveis. Por isso, não podemos parar de lutar por mais conquistas que partam dessa outra lógica, nem tampouco, nos corroer vivendo a ância de entrar em dimensões ou estruturas conservadoras que nos engolirão. Pois, paralelo as nossas conquistas, precisamos urgentemente, implementar processos de democratização das instituições que herdamos historicamente.

Falo isso, pois, sou do contexto de quem vem das classes populares, falo do lado de quem reconhece uma contra-hegemonia, falo do lado de quem não nega suas origens e por opção luta para que seus descendentes históricos não passem pelas humilhações de um passado tão presente, por ser recente.

Percebemos que não basta a Educação Popular reconhecer e contribuir para a construção de um pensamento crítico. Como bem afirma Carrilho (2009), precisamos ir além, gerando propostas de formação que possibilitem o reconhecimento, apropriação e construção de racionalidades e subjetividades emancipadoras por parte dos educadores populares e conseqüentemente dos

sujeitos e de suas práticas educativas, que delimitem um campo de conflito e mudança no contexto de nossas práticas e dos grupos envolvidos.

Por isso devemos perceber, respeitar e construir experiências bem mais fortuitas, humanizadoras, libertadoras e heterogêneas do que aceitar a homogeneidade de uma sociedade global. Por estar nesse lugar, por pertencimento de gênese, vejo o quanto é necessário refletir sobre seus avanços e suas contradições, mas principalmente sobre suas contribuições para resistir à *modus vivendis* e *operandis* hegemonicamente vendidos como exclusivos para viver. O que não deve implicar metodologicamente num isolamento localista, pelo contrário, voltar-se para si, passa a ser uma sábia estratégia de entender o que está ao seu redor, seja local, regional e nacional e não perde-se, perdendo suas identidades.

**ABSTRACT:** Borborema Region in Paraíba is a space which contributes with reflections from processes based on critical theories by nourishing ideals defended by individuals who are able to mediate their relationships/experiences through a dialog constructed in their contexts, by taking into account the space and the time as well as the signs of new practices of human diversities. Experiences as the followings: guardians of passion seed; the life strengthening campaign in family agriculture; the struggle in defense of women and agroecology; the youth organization; the different stages of education and peasant organization and participation by providing immensurable aspects in people's lives. The social nets also play an important role by giving sustainability to concrete social relationships based on common principles which connect people from different contexts. Nets as the construction of agroecological knowledge, the net of agroecological cotton and Borborema peasant education. Taking these aspects into account, the objective of this study is to contribute with the dialog on/between experiences which point out alternatives to the development of this society.

**Key words:** Net; Territory; Dialog.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação rural:** das experiências à política pública. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Editora Abaré, 2003. 96p.

\_\_\_\_\_ e BAPTISTA, Naidison de Quintela. **Educação rural:** sustentabilidade do campo. Feira de Santana, BA: MOC; UEFS; (Pernambuco): SERTA, 2<sup>a</sup> ed. 2005. 204p.

BRASIL. CNE. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. DOU Nº67 - Seção 1.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência.** 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARRILHO, Alfonso Torres. **Educação Popular e Paradigmas emancipadores.** Revista Latino Americana de Educação e Política. La Pirágua, (ISS: 2073-0810) N° 30, 2009.

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** 2ª Ed. Revista. Brasília, MMA, 2006. 128p.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

\*Recebido em setembro de 2011.

\*Aprovado em dezembro de 2011.